

A distribuição de matrículas no ensino superior presencial em Minas Gerais: formação socioeconômica das mesorregiões e perfil dos estudantes

The distribution of enrolments in higher education through Minas Gerais: socioeconomic background of its regions and students' profile

La distribución de la matrícula en la educación superior presencial en Minas Gerais: formación socioeconómica de las mesorregiones y perfil del estudiante

Ana Paula Guedes Henrique

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

anapaulaguedes@ufmg.br | <https://orcid.org/0000-0002-7739-6504>

Maria Teresa Gonzaga Alves

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

mtga@ufmg.br | <https://orcid.org/0000-0001-5820-4311>

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar a formação socioeconômica do estado de Minas Gerais e relacioná-la com as características de perfil dos estudantes matriculados em instituições de ensino superior presenciais no ano de 2018. Como resultado notamos que nas regiões concentradas ao norte do estado, pobres e com população em sua maioria negra o ensino superior apresentou menores taxas de matrículas e se revelou ausente em determinadas microrregiões. Nessas áreas a presença de estudantes negros e do sexo feminino é superior. Já nas regiões mais ao sul do estado, com altas taxas de matrículas, os estudantes brancos estavam em maioria. No setor público dessas regiões a prevalência foi de estudantes do sexo masculino e brancos, já no privado os grupos com maiores percentuais de estudantes brancos do sexo feminino. Nossos resultados demonstraram que o estado de Minas Gerais é marcado por aquilo que chamou de “divisão racial do espaço”, extremamente desvantajosa para a população negra.

Palavras-chave: Ensino superior. Minas Gerais. Desigualdades geográficas. Desigualdades sociais.

Abstract

The objective of this research is to analyze the socioeconomic formation of the state of Minas Gerais and relate it to the characteristics of the students enrolled in face-to-face higher education institutions in the year 2018. As a result, we note that in the regions concentrated in the north of the state, with more poverty and with a mostly black population, higher education has lower enrollment rates and is absent in certain subregions. In these areas, the presence of black and female students is higher. In the southern regions of the state, with high enrollment rates, white students are the majority. In the public sector of these regions, the prevalence is of male and white students, while in the private sector, the groups with the highest percentages are white female students. Our results demonstrate that the state of Minas Gerais is marked by what Lélia Gonzalez called a “racial division of space”, extremely disadvantageous for the black population

Keywords: Higher education. Minas Gerais. Geographic inequalities. Social inequalities.

Resumen

El objetivo de esta investigación es analizar la formación socioeconómica del estado de Minas Gerais y relacionarla con las características del perfil de los estudiantes matriculados en instituciones de educación superior presencial en el año 2018. Como resultado, observamos que, en las regiones concentradas en el norte del estado, pobres y con una población

Artigo recebido em: 02/08/2023 | Aprovado em: 07/03/2024 | Publicado em: 07/03/2024

Como citar:

HENRIQUE, Ana Paula Guedes; ALVES, Maria Teresa Gonzaga. A distribuição de matrículas no ensino superior presencial em Minas Gerais: formação socioeconômica das mesorregiões e perfil dos estudantes. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 14, p. 1-21, e40068, 2024. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2023.v14.40068>.

mayoritariamente negra, la educación superior tiene menores tasas de matrícula y está ausente en ciertas microrregiones. En estas áreas, la presencia de estudiantes negros y mujeres es mayor. En las regiones del sur del estado, con altas tasas de matrícula, los estudiantes blancos son mayoría. En el sector público de estas regiones, la prevalencia es de estudiantes varones y blancos, mientras que, en el sector privado, los grupos con los porcentajes más altos son estudiantes mujeres blancas. Nuestros resultados demuestran que el estado de Minas Gerais está marcado por lo que Lélia González llamó una “división racial del espacio”, extremadamente desventajosa para la población negra.

Palabras clave: Educación superior. Minas Gerais. Desigualdades geográficas. Diferencias sociales.

1 Introdução

Nos últimos trinta anos o ensino superior brasileiro se expandiu com o crescimento acentuado do número de instituições de ensino e matrículas, bem como a diversificação dos tipos de instituições e cursos (HONORATO; ZUCACCARELI; VIEIRA, 2019; RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015). Mais recentemente, as políticas redistributivas e equalizadoras adotadas pelos governos de esquerda impactaram diretamente a educação superior brasileira ao viabilizar o ingresso de populações historicamente ausentes dos níveis mais elevados de ensino (DE PAULA; NONATO; NOGUEIRA, 2022; GOMES; SILVA; OLIVEIRA, 2020). Minas Gerais (MG) é um caso exemplar para a compreensão desse fenômeno. Por um lado, o estado é o segundo com maior número de instituições e matrículas no ensino superior e passou por um amplo processo de expansão, interiorização e diversificação. Por outro lado, o estado é muito desigual do ponto de vista socioeconômico e demográfico.

O padrão de desenvolvimento socioeconômico e o perfil étnico-racial de Minas Gerais são semelhantes aos do Brasil¹. As regiões localizadas ao norte do estado apresentam indicadores econômicos e sociais mais baixos, população majoritariamente negra e estiveram isoladas durante muito tempo das políticas públicas voltadas para desenvolvimento do estado e do país (SANTOS; SILVA, 2011; MATA-MACHADO, 1991). Já as regiões mais ao sul de Minas, cuja população é em sua maioria branca, são geograficamente mais próximas dos estados mais ricos do país – São Paulo e Rio de Janeiro – e se beneficiaram economicamente dessa vizinhança. Os melhores indicadores econômicos do estado contemplam as regiões localizadas no sul de Minas Gerais e a região Metropolitana de Belo Horizonte, centro dinâmico do estado (CIRINO; GONZALEZ, 2012). Como consequência, as tendências presentes na distribuição das matrículas no ensino superior refletem as desigualdades econômicas e sociais das regiões onde estão as instituições localizadas.

O objetivo deste trabalho é descrever as características das mesorregiões de Minas Gerais como pano de fundo para a compreensão da expansão do ensino superior presencial no estado. Para isso, selecionamos os dados de matrículas em instituições presenciais disponibilizados pelo Censo da Educação Superior de 2018 de Minas Gerais. Ressaltamos que tradicionalmente o estado foi dividido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em doze mesorregiões, que congregam diversos municípios com semelhanças econômicas e sociais e vínculos históricos. Essas mesorregiões eram subdivididas em 66 microrregiões. Em 2017, o IBGE extinguiu essa forma de organização geográfica, que foi substituída por uma nova divisão territorial denominada regiões geográficas intermediárias e imediatas. Entretanto, em Minas Gerais, a divisão territorial anterior permanece relevante para a compreensão de sua formação econômica e populacional e da expansão do ensino superior no estado.

Para isso, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente são apresentadas informações históricas sobre o desenvolvimento das mesorregiões e seus indicadores econômicos e sociais. Em seguida, mostramos a distribuição de matrículas em graduações presenciais nos setores públicos e privados em cada mesorregião do estado. A partir dessa análise, aponta-se a já prevista sobrerrepresentação do setor privado no estado, isto é, para a predominância de matrículas nas instituições privadas. Contudo, foi possível observar algumas exceções relacionadas às características socioeconômicas das mesorregiões. Depois, apresentamos o perfil racial dos estudantes do estado em comparação com o perfil da população por microrregião, o que configura o que Lélia Gonzalez denomina de “divisão racial do espaço” (GONZALEZ, 2020). Nas regiões com população majoritariamente negra (mais ao norte) e com maiores percentuais de estudantes negros, a cobertura do ensino superior é mais restrita, e até mesmo ausente em algumas microrregiões.

2 Formação econômica e desenvolvimento das mesorregiões mineiras

A diferenciação entre os setores, graus acadêmicos e áreas/cursos de ensino superior de Minas Gerais (MG), de um lado, e o perfil de seus respectivos estudantes, de outro, têm relação com a formação econômica e social das mesorregiões do estado, os processos de ocupação e suas fronteiras regionais. Nessa seção, com base em autores que discutem a história econômica (DE PAULA, 2001, STARLING, 2011; FURTADO, 2015 e outros), apresentaremos uma breve síntese sobre a formação social e econômica das doze mesorregiões do estado.

Minas Gerais se desenvolveu economicamente a partir do século XVII em torno da mineração do ouro, que se assentou na mão-de-obra escravizada e, entre outras consequências, gerou fluxos migratórios intensos no estado (FURTADO, 2015). Em sua etapa inicial, mais lucrativa, a mineração atraiu um grande contingente de pessoas para as regiões auríferas – cidades entre Ouro Preto e Diamantina, entre a bacia do rio Doce e a do rio São Francisco (STARLING, 2011). Como resultado, era comum o desabastecimento de comida, animais e a incipiência de transportes (FURTADO, 2015). A demanda por esses produtos foi suprida por estados do sul do Brasil, como São Paulo, e pelas regiões ao sul de Minas Gerais, o que colaborou com o desenvolvimento dessas áreas (FURTADO, 2015; DE PAULA, 2001).

Por volta de 1760, a mineração de ouro entrou em decadência e, em 1808, ocorreu a fixação da Corte Portuguesa na Colônia, o que aumentou o comércio de alimentos. O sul do estado, que já atuava para abastecer as regiões auríferas, se transformou no centro econômico de Minas Gerais, fornecendo gêneros alimentícios produzidos em grandes propriedades que exploravam trabalho escravizado para atender o mercado interno (DE PAULA, 2011).

A partir de 1830, o estado se beneficiou da expansão da economia cafeeira agroexportadora, cuja produção se dava na Zona da Mata (sudeste do estado, na divisa com o Rio de Janeiro) e, mais modestamente, no sul do estado (DE PAULA, 2011). Nesse período, a Zona da Mata cresceu consideravelmente, o que estimulou a sua urbanização e industrialização embrionária, tendo a cidade de Juiz de Fora como polo industrial do período. Na mesma época, o Triângulo Mineiro, região

próxima do complexo cafeeiro paulista, se inseriu nas rotas mais dinâmicas da economia e começou a se desenvolver, ao passo que os primeiros ocupantes da região, quilombolas e indígenas, foram desapropriados de suas terras (GUIMARÃES, 2010).

Em 1929, foi deflagrada a crise da economia cafeeira, o que levou a Zona da Mata a um processo de estagnação, enquanto ocorria o “deslocamento do centro dinâmico” dos setores produtivos no país em direção à industrialização (FURTADO, 2015). Em Minas Gerais, o centro dinâmico a partir de então se transferiu para Belo Horizonte, a capital do estado, com uma indústria especializada no setor minero-metalúrgico-siderúrgico e estimulada pela demanda crescente em consequência da Segunda Guerra Mundial (DE PAULA, 2011).

Belo Horizonte está situada na mesorregião Metropolitana, a mais populosa, com quase um terço dos habitantes de Minas Gerais. A capital apresenta altos índices de industrialização e infraestrutura urbana. Contudo, é uma região heterogênea e seus indicadores sociais internos são bastante desiguais (CIRINO; GONZALEZ, 2012). Já o Sul de Minas e o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresentam alguma homogeneidade interna, bons indicadores econômicos e sociais, enquanto o Oeste de Minas e a Central Mineira, próxima à Metropolitana de BH, têm bons indicadores sociais e baixos indicadores econômicos (idem).

O Noroeste de Minas, apesar de ocupar 25% do território mineiro, tem a menor densidade demográfica, com 1,87% de participação no total de habitantes do estado, e apresenta o terceiro maior PIB de Minas Gerais, porém, chama atenção pelos baixos indicadores sociais (IBGE, 2010). Até 1950 a região conservava as características sociais do Brasil Colônia: vazio demográfico e atraso econômico em relação às regiões mais desenvolvidas do estado, além de estar geograficamente distante da capital (OLIVEIRA, 2008). Tudo isso fez da região o território adequado para a expansão da fronteira agrícola em Minas Gerais a partir dos anos 1950 (idem). Atualmente a sua economia é basicamente formada pela atividade primária, extrativa, pela produção de grãos em escala comercial e por um crescimento econômico que caminha junto com o aumento das desigualdades sociais (SIMÃO, 2004; OLIVEIRA, 2008).

Ao leste do estado, o processo de ocupação da mesorregião Vale do Rio Doce se deu em torno da Estrada de Ferro Vitória-Minas no início do século XX (PEREIRA et al., 2019). A ferrovia liga Belo Horizonte, o Vale do Rio Doce e o Espírito Santo e desempenhou um importante papel no desenvolvimento industrial mineiro, fazendo a ligação entre Minas Gerais e o mar. Em 1942, foi inaugurada a Companhia Vale do Rio Doce. A partir de então, o papel da ferrovia passou a ser, sobretudo, o de transportar minério de ferro, o que colaborou para a formação do polo siderúrgico da região – o Vale do Aço. Atualmente, o Vale do Rio Doce possui regiões com razoável dinamismo econômico, como o Vale do Aço e o município de Governador Valadares, mas apresenta áreas cujas bases econômicas se concentram na pecuária e extrativismo vegetal (CIRINO; GONZALEZ, 2012). Contudo, a região sofre com os impactos socioambientais da siderurgia, do extrativismo mineral e vegetal e do crescimento populacional acelerado (PEREIRA et al., 2019).

Campo das Vertentes, assim como a Zona da Mata e o Vale do Aço, apresenta áreas desenvolvidas, tais como a cidade de Lavras, e também regiões

mais estagnadas economicamente no seu território (CIRINO; GONZALEZ, 2012). A despeito dos seus indicadores sociais e econômicos intermediários, Campo das Vertentes é a mesorregião com maior número de matrículas presenciais em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de MG. A região conta com grandes instituições, tais como a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), e uma localização geográfica relativamente próxima do Sul de Minas Gerais, da região Metropolitana e do estado de São Paulo.

O norte do estado, até 1930, conservava uma economia agropastoril, com crescimento lento, e se encontrava isolada das demais regiões de Minas Gerais e do país (SANTOS; SILVA, 2011; MATA-MACHADO, 1991). A cidade de Montes Claros alcançou algum desenvolvimento com a produção de algodão e a posterior instalação de uma fábrica de tecidos na região em 1880. Mas o desenvolvimento econômico do norte de Minas Gerais aconteceu principalmente a partir de 1960, quando a região foi anexada à área de atuação institucional da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), devido às semelhanças do norte mineiro com o nordeste brasileiro (SANTOS; SILVA, 2011). Parte dos municípios que compõem o Vale do Jequitinhonha também foram anexados à Sudene. Ademais, mesmo municípios do Vale do Jequitinhonha que estão de fora da área de atuação da Sudene são alvo de suas políticas públicas (MIRANDA, 2013).

A intervenção do governo federal, via Sudene, foi decisiva para o desenvolvimento e para a industrialização das mesorregiões ao norte de Minas Gerais (SANTOS; SILVA, 2011; MOREIRA, 2010). Contudo, segundo alguns estudos, esse processo de modernização da região implicou o empobrecimento de parte da população, maior concentração de terras, enfraquecimento da agricultura familiar, destruição das matas ciliares, escassez de recursos hídricos, fatores que explicariam, em parte, o seu baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) frente às demais regiões do estado (MOREIRA, 2010; BARBOSA; FEITOSA, 2006).

O Vale do Mucuri apresenta características socioeconômicas parecidas com as do Vale do Jequitinhonha, e a história de ocupação e desenvolvimento das regiões se encontram em diversos momentos. Até meados do século XIX, as terras do Vale do Mucuri eram compostas predominantemente de Mata Atlântica e com a forte presença da população indígena. A partir de 1890, migrantes vindos do Alto Jequitinhonha, do Norte de Minas e da Bahia introduziram o cultivo do café e, posteriormente, a pecuária na região (MIRANDA, 2013). No século XX, se acentuou a derrubada da mata para o comércio de madeira e para atender a pecuária, sendo essas atividades as maiores responsáveis pela erosão e pelo esgotamento dos solos (MARTINS, 2015). Atualmente, a expansão das monoculturas intensifica as crises ambientais, gera poucos empregos e reforça a “vocação pastoril” da região, presente ainda nos dias de hoje (idem).

Em 2001, o Ministério da Educa o e a Funda o Seade realizaram em parceria a Pesquisa da Atividade Econ mica Regional (PAER), a fim de caracterizar a estrutura produtiva e ocupacional das Unidades Federativas. O estudo chamou de região Centro-Norte a área composta pelas mesorregiões Noroeste, Central Mineira, Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Essa grande região ficou caracterizada por sua menor expressão econômica em compara o com as demais regiões de Minas Gerais, e as mesorregiões Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri foram áreas consideradas estagnadas (idem). Ao encontro dessa caracteriza o,

em um estudo sobre a distribuição de renda e pobreza, mais da metade da população do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri encontrava-se em situação crítica de pobreza no início deste século (SIMÃO, 2004).

De modo geral, o desenvolvimento de Minas Gerais se deu de modo heterogêneo, descompassado e com pouco estímulo à integração das suas regiões. Como resultado, os indicadores socioeconômicos do estado são extremamente desiguais. Quando se observa o IDH das mesorregiões mineiras (tabela 1), o Vale do Mucuri, o Vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas apresentam os valores mais baixos do estado, ao passo que o Triângulo Mineiro é a região com IDH mais alto, seguida pelo Oeste de Minas e Sul/Sudoeste de Minas. O Produto Interno Bruto (PIB) por pessoa nas mesorregiões do estado também reflete as desigualdades históricas de Minas Gerais (tabela 1). A Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Triângulo Mineiro, o Noroeste de Minas e o Sul de Minas despontam como as regiões mais ricas do estado. Paralelamente, as regiões mais ricas e desenvolvidas – com exceção do Noroeste de Minas, região marcada pelo agronegócio – são aquelas com população majoritariamente branca, ao passo que as mesorregiões mais pobres e com IDH mais baixo são formadas por uma população em sua maior parte negra.

Tabela 1: PIB por pessoa por mesorregião de Minas Gerais (2017) – IDH (2010) – Percentual de Negros e Indígenas

Mesorregião	IDH	PIB por pessoa em mil reais	Percentual de negros e indígenas
Noroeste de Minas	0,687	32,2	65%
Norte de Minas	0,624	15,1	72%
Jequitinhonha	0,616	10,6	75%
Vale do Mucuri	0,654	13,1	74%
Triângulo Mineiro	0,711	43,9	41%
Central Mineira	0,686	24,8	58%
Metropolitana de BH	0,684	37,1	60%
Vale do Rio Doce	0,637	20,7	64%
Oeste de Minas	0,697	26,7	40%
Sul/Sudoeste de Minas	0,697	30,4	30%
Campo das Vertentes	0,691	21,4	42%
Zona da Mata	0,661	21,6	48%

Fonte: IBGE/ Sistemas de Contas Regionais e Censo Demográfico 2010. Elaboração própria

Os dados educacionais também são discrepantes (tabela 2). O Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri apresentam as maiores taxas de pessoas de 25 anos ou mais sem instrução ou com o fundamental incompleto (número de pessoas por 100 mil habitantes). Essas mesmas regiões são áreas onde há menos pessoas adultas com o ensino médio concluído. As regiões Metropolitana de BH e Triângulo Mineiro têm as maiores taxas de pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto.

Tabela 2: Grau de instrução de pessoas com 25 ou mais anos de idade (%)

Mesorregião	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Noroeste de Minas	59,49	13,86	19,74	6,92
Norte de Minas	62,84	11,2	18,76	7,2
Jequitinhonha	73,28	9,2	12,2	5,32
Vale do Mucuri	66,35	11,06	15,99	6,6
Triângulo Mineiro	49,96	16,07	22,22	11,75
Central Mineira	61,09	13,25	18,1	7,56
Metropolitana de BH	44,19	15,07	26,95	13,8
Vale do Rio Doce	60,01	13,54	19,12	7,34
Oeste de Minas	57,48	14,69	19,18	8,65
Sul de Minas	57,5	13,9	18,77	9,84
Campo das Vertentes	55,62	12,65	21,16	10,57
Zona da Mata	57,79	12,88	19,43	9,9
Minas Gerais	53,72	13,96	21,72	10,6
Brasil	49,38	14,69	24,62	11,3

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Elaboração própria

Lélia Gonzalez chamou a desigualdade interna presente no Brasil de “divisão racial do espaço”, com forte dominação da região Sudeste, composta por uma população de maioria branca. Apesar de pertencer ao Sudeste, o estado de Minas Gerais é marcado pelas contradições que caracterizam o Brasil: norte mais pobre e sul mais desenvolvido. Gonzáles (2020), no texto “Mulher Negra”, menciona essas contradições da formação social brasileira, que segundo ela estabeleceram o que ficou conhecido como um *desenvolvimento regional e combinado* marcado pela:

[...] cristalização de desigualdades extremas entre regiões brasileiras, onde se pode distinguir uma região dominante e outras regiões dominadas, unidas num processo estruturalmente articulado, e a consequente reprodução dos níveis de pobreza e miséria em que vivem suas populações (FARIAS, 1983, *apud* GONZÁLEZ, 2020, p. 94).

Em síntese, as desigualdades internas – históricas em Minas Gerais – se refletem nos indicadores sociais e econômicos e no grau de instrução da população das mesorregiões. No estado, percebemos o descompasso econômico e social que marca o Brasil, cujas regiões historicamente pobres e com pessoas menos escolarizadas são aquelas cuja população é majoritariamente negra. A exceção é o Noroeste de Minas, região com PIB alto, economicamente orientada para o agronegócio, maioria da população negra e baixos indicadores sociais. Já nas regiões mais desenvolvidas e com melhores indicadores sociais, a população é em sua maioria branca. Na próxima seção, mostraremos como essa desigualdade se configura no ensino superior, que é alcançado por uma parcela pequena da população do estado.

3 Formação econômica e desenvolvimento das mesorregiões mineiras

O presente estudo utilizou os dados do Censo da Educação Superior do ano de 2018, disponibilizados pelo Inep até fevereiro de 2022. Desde fevereiro de 2022, o Inep retirou do seu sítio eletrônico os microdados do Censo do Ensino Superior, do Censo Escolar, do Enem e do Enade. A autarquia alegou estar adequando-se à Lei Geral de Proteção e Dados Pessoais. A escolha por 2018 se deve em função deste ser o último ano em que o Inep forneceu os microdados individualizados dos estudantes da educação superior.

Para identificar as taxas de matrícula por mesorregião utilizamos os códigos dos municípios em que as IES estão localizadas e onde as matrículas são efetuadas. Vale destacar que, mesmo uma instituição com diversas sedes pelo estado, foi levado em conta o código da cidade onde a matrícula foi efetivada. Já os dados referentes ao perfil da população e as características sociodemográficas das regiões foram extraídos do Censo Demográfico de 2010 disponíveis no sítio eletrônico do IBGE e no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

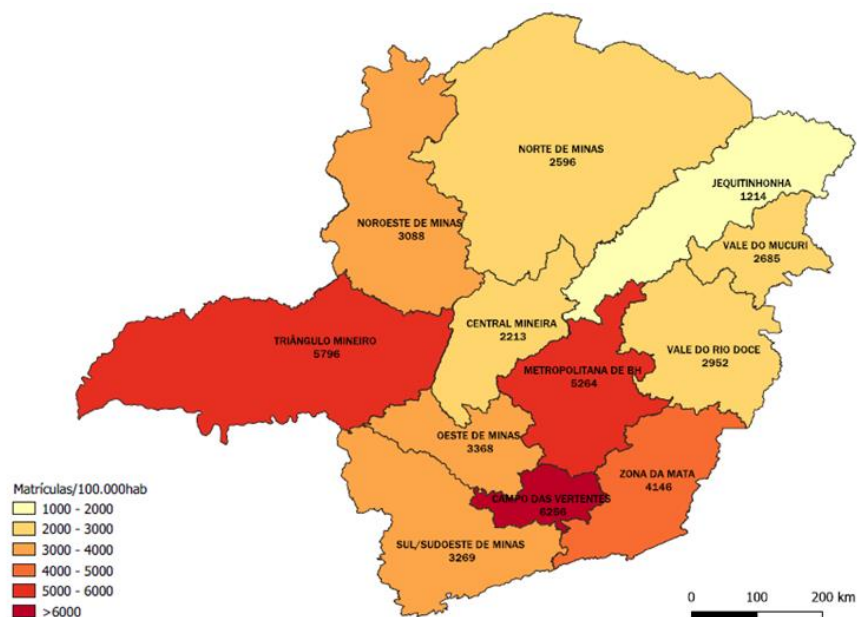
Ressaltamos ainda que, esta pesquisa não incluiu os cursos na modalidade à distância. Essa escolha possivelmente explica a ausência de matrículas na educação superior em algumas microrregiões. Nosso foco são as matrículas em graduações presenciais, que totalizaram em 2018 93,8% das matrículas na educação superior mineira. Essa escolha se deu por duas razões. A primeira partiu do reconhecimento que o perfil dos estudantes em educação à distância é bem particular. Geralmente, refere-se a um grupo de nível socioeconômico mais baixo, com resultados inferiores no Enade, além de seus cursos terem custos menores e serem tidos como de “2ª classe” (MCCOWAN; BERTOLIN, 2020). Logo, a desigualdade em comparação com a modalidade presencial já seria antecipadamente afirmada.

A segunda razão é explicada pela ênfase geográfica desta pesquisa. Se um dos nossos objetivos é investigar as diferenciações das IES por mesorregião — perfis dos estudantes por áreas/cursos e IES — o resultado ficaria comprometido se fossem incluídos casos de sujeitos residentes no Vale do Mucuri e matriculados em um curso à distância de uma universidade da Metropolitana de BH, por exemplo, ou de outro estado.

4 Ensino Superior em Minas Gerais

Minas Gerais é o estado que possui a segunda maior rede de ensino superior do Brasil e totalizou, em 2018, 818.877 matrículas na modalidade presencial, distribuídas em 301 instituições, atrás apenas do estado de São Paulo (BRASIL, 2018). Apesar de possuir uma cobertura relativamente alta, se comparada ao resto do país, o ensino superior de Minas Gerais é distribuído desigualmente no interior do seu território. O Mapa 1 apresenta as taxas de matrículas na educação superior em cada mesorregião do estado. No ano de 2018, o Vale do Jequitinhonha tinha 1.214 estudantes matriculados no ensino superior para cada 100 mil habitantes, enquanto as regiões Campo das Vertentes, Triângulo Mineiro e Região Metropolitana de BH apresentavam uma taxa superior a 5.000 mil estudantes.

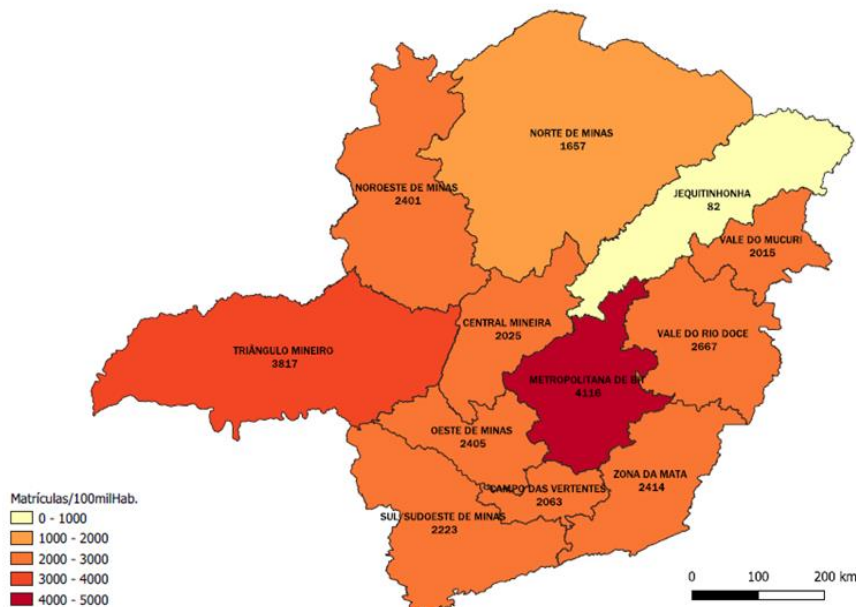
Figura 1: Distribuição de matrículas presenciais em 2018 por 100 mil habitantes



Fonte: Censo Educação Superior de 2018 e Censo 2010, dados do universo. Elaboração própria

Ao analisar as matrículas por setor, a oferta desigual entre regiões foi mais evidente no setor privado (Mapa 2). Notem que as mesorregiões mais escolarizadas e mais desenvolvidas – Metropolitana de BH e Triângulo Mineiro – foram as que mais concentraram matrículas por 100 mil habitantes no setor privado. Na outra ponta, o Vale do Jequitinhonha, tiveram apenas 82 matrículas por 100 mil habitantes. Além disso, as matrículas na metropolitana de BH (N= 256.692) estavam distribuídas em 98 IES privadas e as no Triângulo Mineiro (N= 81.848), em 30 instituições. Na outra extremidade, o Vale do Jequitinhonha, região com menor PIB por pessoa e a menor taxa de matrículas do estado, apresentou o total de 578 matriculados na educação superior presencial privada por 100 mil habitantes, distribuídas em apenas duas instituições: Alfa de Almenara e Alfa de Unaí. Apesar disso, as demais regiões, com exceção do Norte de Minas, apresentaram baixa variação na taxa de matrículas presenciais, entre 2.025 e 2.667 por 100.000 habitantes.

Figura 2: Distribuição de matrículas presenciais no setor privado em 2018 por 100 mil habitantes



Fonte: Censo Educação Superior de 2018 e Censo 2010, dados do universo. Elaboração própria

Quando se observa a distribuição espacial do setor público, o padrão de distribuição das matrículas se mostrou distinto. Observem no Mapa 3 que o Vale do Jequitinhonha apresentou 1.131 matrículas por 100 mil habitantes, a maior parte (N= 6.387 matrículas) concentradas na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), criada em 2005. Além dessa instituição, estão localizados na região cursos da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFET) e da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), que totalizaram 1.525 matrículas.

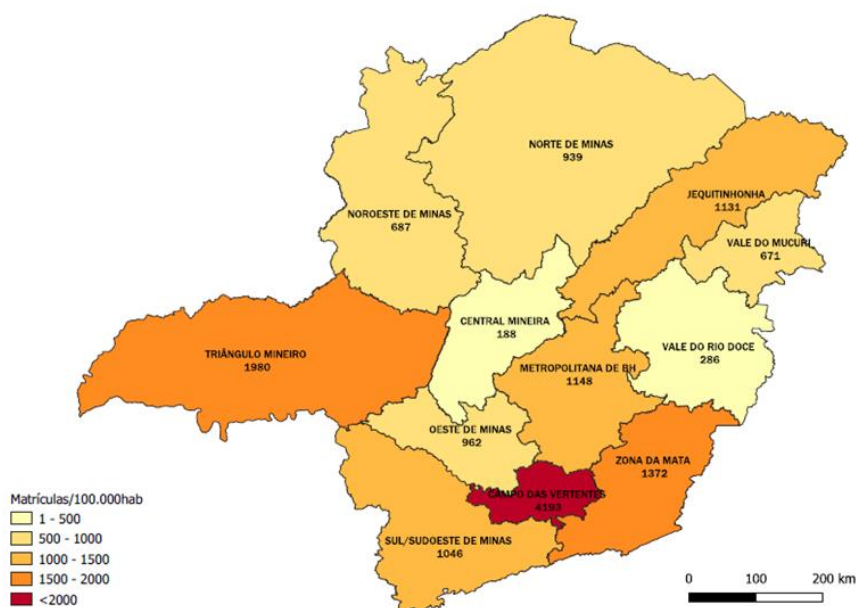
A UEMG e a UNIMONTES são universidades criadas pela Constituição do Estado de Minas Gerais em 1989. Ambas as IES foram criadas com o intuito de ampliar o ensino superior público e diminuir a prevalência do privado que se acentuou consideravelmente nos nas décadas de 1960 e 1970 (MIRANDA, 1989). O desenvolvimento de cada uma das instituições seguiu caminhos distintos, enquanto a UNIMONTES ficou mais concentrada nas regiões ao norte do estado a UEMG está mais presente na região metropolitana e nas mesorregiões ao sul de Minas Gerais.

No que diz respeito às regiões com alta proporção do ensino superior público, o Mapa 3 evidencia a mesorregião Campo das Vertentes. Isso se deve, sobretudo, à presença de duas grandes IES públicas nessa região — a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) —, que somaram 20.488 matrículas em 2018. As demais IES públicas que ofertam cursos presenciais nessa região, o Centro Federal de Educação de Minas Gerais (CEFET), a UEMG e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudoeste de Minas Gerais, totalizaram 2.757 matrículas.

No outro extremo, as regiões com menor taxa de matrículas em IES públicas foram a Central Mineira e o Vale do Rio Doce. No caso da Central Mineira, as matrículas da região (N=775) estão concentradas em cursos do CEFET, da UEMG e em um campus da Unimontes. No Vale do Rio Doce, as matrículas no setor público (N= 4.624) estavam no CEFET, no IFET e nos campi da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Cabe mencionar o fato de nenhuma dessas mesorregiões disporem de grandes universidades em seu território. Isso também se verifica no Noroeste e Oeste de Minas. No entanto, a primeira região tem um grande campus da UFSJ, e a segunda tem um alto número de matrículas na UEMG (N= 4.951), o que elevou sua taxa de matrículas por habitante.

É possível notar que a distribuição espacial das matrículas na educação superior pública não apresentou a mesma correspondência entre os níveis de escolarização e o desenvolvimento econômico das mesorregiões, observada no setor privado. As diferenças nas taxas de matrículas presenciais no setor público entre as regiões mineiras são determinadas, sobretudo, pela presença de grandes universidades nas regiões. Mas isso não parece estar associado à riqueza ou escolaridade daquele território.

Figura 3: Distribuição de matrículas presenciais no setor público em 2018 por 100 mil habitantes



Fonte: Censo Educação Superior de 2018 e Censo 2010, dados do universo. Elaboração própria.

A distribuição das matrículas no setor público e privado, analisada separadamente nos mapas anteriores, mostrou a forte presença do setor privado em todo o estado, com maior destaque na Metropolitana de BH e no Triângulo Mineiro, e a proeminência do setor público em Campo das Vertentes. Com a finalidade de comparar os resultados apresentados do setor público e do privado calculamos a razão de chance de estar matriculado no setor público em comparação ao privado. O cálculo é feito a partir da divisão do total de matriculados no setor privado pelo total de matrículas geral do estado. Depois, se divide o total de matriculados no setor público pelo total geral. Por fim, é feita a divisão entre

esses dois resultados. Dessa forma buscamos descobrir onde cada setor se destaca e qual a magnitude dessa predominância.

Como resultado, notamos que em Minas Gerais, assim como no Brasil, em função da força do setor privado, as chances de estar matriculado nele foram superiores para toda a unidade federativa – 2,3 vezes maior se comparado com o público. No entanto, esse número varia consideravelmente no estado. A chance de estar matriculado no setor privado presencial em 2018 era 11 vezes maior na Central Mineira, 9 vezes maior no Vale do Rio Doce, 3,5 vezes maior no Noroeste de Minas e na Metropolitana de BH, 3 vezes maior no Vale do Mucuri, 2,5 vezes maior no Oeste de Minas, 2 vezes maior no Triângulo Mineiro e no Sul de Minas, 1,5 vezes no Norte de Minas e na Zona da Mata. A chance de estar matriculado no setor público só foi superior no Campo das Vertentes – 2 vezes maior – e no Vale do Jequitinhonha – 11 vezes maior.

Ao comparar a distribuição de matriculados por setor com a razão de chance notamos que os resultados não necessariamente convergem. O setor privado está mais intensamente presente na Metropolitana de BH e no Triângulo Mineiro. Porém, essa predominância não se verifica no cálculo da razão de chance. Isso confirma a forte presença também de IES públicas nessas mesorregiões mais desenvolvidas economicamente, equilibrando a oferta dos setores públicos e privados. Já na Central Mineira e no Vale do Rio do Doce, a prevalência do ensino superior privado se acentuou, o que é um indicativo da pouca cobertura do ensino superior público dessas regiões.

5 Perfil dos estudantes por mesorregião

Para análise de perfil dos estudantes matriculados no ensino superior de Minas Gerais as variáveis utilizadas foram sexo e raça, obtidas por meio do Censo da Educação Superior e da seleção dos microdados referentes à Minas Gerais no ano de 2018. A partir da distribuição dos estudantes segundo gênero (variável sexo) e cor/raça (categorias do IBGE), observamos que as mulheres foram maioria em ambos os setores, mas não em todas as mesorregiões no setor público. Ademais, o perfil étnico-racial dos estudantes segue a tendência demográfica das mesorregiões onde estudam. Além disso, as mesorregiões com menores taxas de matrículas na educação superior são regiões cuja maioria da população é preta, parda e indígena, evidenciando que o acesso ao ensino superior nas regiões mais pobres e com maior população negra é mais restrito.

Entre o total de matriculados na educação superior de Minas Gerais em 2018, 53,6% era do sexo feminino e 46,4%, do sexo masculino. A predominância das mulheres ocorreu tanto no setor público quanto no privado, porém, neste último, foi ainda mais notável. Na Tabela 3, com essas descrições por região, algumas particularidades se apresentam. A predominância do sexo masculino no setor público no Campo das Vertentes, no Sul de Minas e no Triângulo Mineiro chama atenção. Já no privado, as mulheres foram maioria em todas as regiões.

Tabela 3: Percentual de matrículas de homens e mulheres por mesorregião e setor

Mesorregião	Público		Privado		% de mulheres na população
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	
Campo das Vertentes	48%	52%	60%	40%	51%
Central Mineira	56%	44%	58%	42%	50%
Vale do Jequitinhonha	58%	42%	55%	45%	50%
Metropolitana de BH	50%	50%	55%	45%	52%
Norte de MG	57%	43%	57%	43%	50%
Noroeste de MG	51%	49%	57%	43%	49%
Oeste de MG	56%	44%	55%	45%	50%
Sul de MG	47%	53%	55%	45%	51%
Triângulo Mineiro	49%	51%	54%	46%	50%
Vale do Mucuri	53%	47%	57%	43%	51%
Vale do Rio Doce	55%	45%	55%	45%	51%
Zona da Mata	51%	49%	56%	44%	51%
Minas Gerais	51%	50%	55%	45%	51%
N	122.865	120.344	315.839	259.229	9.955.453

Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Censo 2010, dados do universo. Elaboração própria.

Do total de matriculados nas graduações presenciais em Minas Gerais, 12,4% (n=101.204) não declararam raça ou a informação estava ausente e, por isso, foram desconsiderados nas análises de raça/cor. Entre os casos válidos, isto é, os estudantes que autodeclararam raça, 49% dos estudantes são não brancos, ou seja, se declararam pretos, pardos ou indígenas. Os estudantes brancos e amarelos somaram 51%. Tanto no setor público quanto no privado, os brancos foram maioria no Sul de Minas, no Triângulo Mineiro, no Campo das Vertentes, no Oeste de Minas e na Zona da Mata. Em três das cinco regiões com maioria expressiva de estudantes brancos, os homens foram maioria no sistema público. Nessas mesorregiões, pode estar ocorrendo uma desigual apropriação das vagas públicas, tanto no que diz respeito ao gênero quanto à raça. Vale registrar que o percentual de estudantes negros e indígenas nas IES privadas dessas mesorregiões é ainda mais baixo, mas as mulheres predominam. Já nas regiões em que os percentuais de estudantes negros e indígenas nas instituições públicas e privadas são os mais elevados – Vale do Jequitinhonha, Norte de MG, Noroeste de MG, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce – as mulheres são maioria em ambos os setores.

Tabela 4: Percentual de brancos e não brancos por mesorregião e setor – casos válidos

Mesorregião	Público		Privado		% de não brancos na população
	Branco	Não branco	Branco	Não branco	
Campo das Vertentes	56%	44%	65%	35%	42%
Central Mineira	30%	70%	48%	52%	58%
Vale do Jequitinhonha	25%	75%	20%	80%	75%
Metropolitana de BH	48%	52%	44%	56%	60%
Norte de MG	23%	77%	31%	69%	72%
Noroeste de MG	27%	73%	30%	70%	65%
Oeste de MG	54%	46%	65%	35%	40%
Sul/Sudoeste de MG	66%	34%	75%	25%	30%
Triângulo Mineiro	60%	40%	62%	38%	41%
Vale do Mucuri	25%	75%	12%	88%	74%
Vale do Rio Doce	40%	60%	44%	56%	64%
Zona da Mata	57%	43%	63%	37%	48%
Minas Gerais	51%	49%	52%	48%	53%
N	110.339	105.712	257.564	243.458	10.105.389
	27.158		74.046		

Fonte: Censo Educação Superior de 2018 Censo 2010, dados do universo. Elaboração própria.

Sob a perspectiva demográfica, essa tendência dos valores étnico-raciais faz sentido, uma vez que as regiões com maior percentual de negros matriculados na educação superior presencial em 2018 são também aquelas com maior proporção de negros no total geral da população, segundo dados do Censo Demográfico 2010, o último com informações disponíveis para esse nível geográfico.

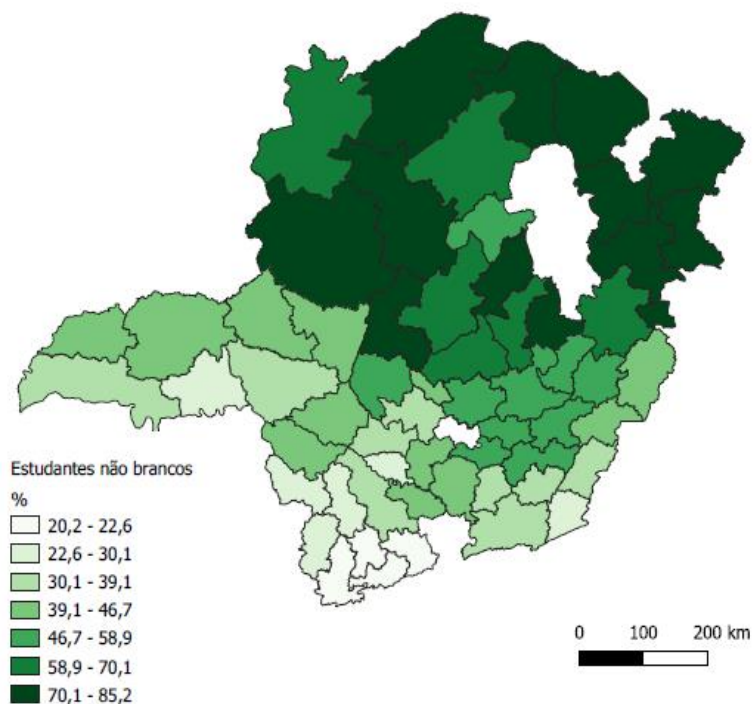
Importa mencionar a Lei 12.711, que estabeleceu o mínimo de 50% de vagas em cada curso para estudantes de escolas públicas de ensino médio nas IES federais. As vagas reservadas devem seguir a composição étnico-racial e de pessoas com deficiência equivalente à da Unidade Federativa (UF) onde a instituição está instalada. No caso de MG, 53% da população é autodeclarada preta, parda e indígena. Portanto, dentre as vagas destinadas a estudantes cotistas, 53% devem ser para pessoas negras e indígenas. Apesar de a proporção de negros em cada mesorregião ser muito distinta, a ocupação das vagas nas universidades públicas e privadas parece seguir a tendência, apreendida no Censo 2010, do perfil étnico-racial geral da mesorregião. Além da Lei de Cotas Federal, a partir de 2017 a UEMG e a UNIMONTES passaram a reservar pouco mais de 50% de suas vagas para estudantes cotistas sob critérios étnico-raciais, socioeconômicos e de pessoas com deficiência.

No entanto, os dados do Censo de 2010 para autodeclaração racial apresentam algumas limitações quando aplicados aos dias de hoje. Estudos indicam que pessoas antes autodeclaradas brancas, nos últimos tempos, se reconhecem mais enquanto negras, aumentando, assim, a proporção de pessoas negras no total geral da população (MIRANDA, 2015; MARTELETO, 2012). Exemplo disso é a

diferença entre os dados do Censo 2010, com 53% da população residente de MG autodeclarada preta e parda, e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual de 2019 (IBGE, 2019), feita por amostragem, em que o total de negros no estado subiu para 61%.

O Mapa 4, dividido em microrregiões, mostra com maior desagregação a ocupação de vagas segundo o perfil étnico-racial no estado. É evidente a tendência de as regiões mais ao norte do estado apresentarem maior proporção de estudantes negros. As microrregiões sem cor e sem linhas não apresentam cursos de ensino superior. São elas: Grão Mogol, no Norte de Minas, Capelinha e Pedra Azul, no Vale do Jequitinhonha, Peçanha, bem próxima ao Vale do Jequitinhonha, mas pertencente à mesorregião do Vale do Rio Doce, Itaguara, na Metropolitana de MG, e Andrelândia, no Sul de Minas. Com exceção das duas últimas, essas microrregiões estão distribuídas mais ao norte do estado, onde a população é majoritariamente não branca.

Figura 4: Percentual de estudantes não brancos por microrregião em Minas Gerais

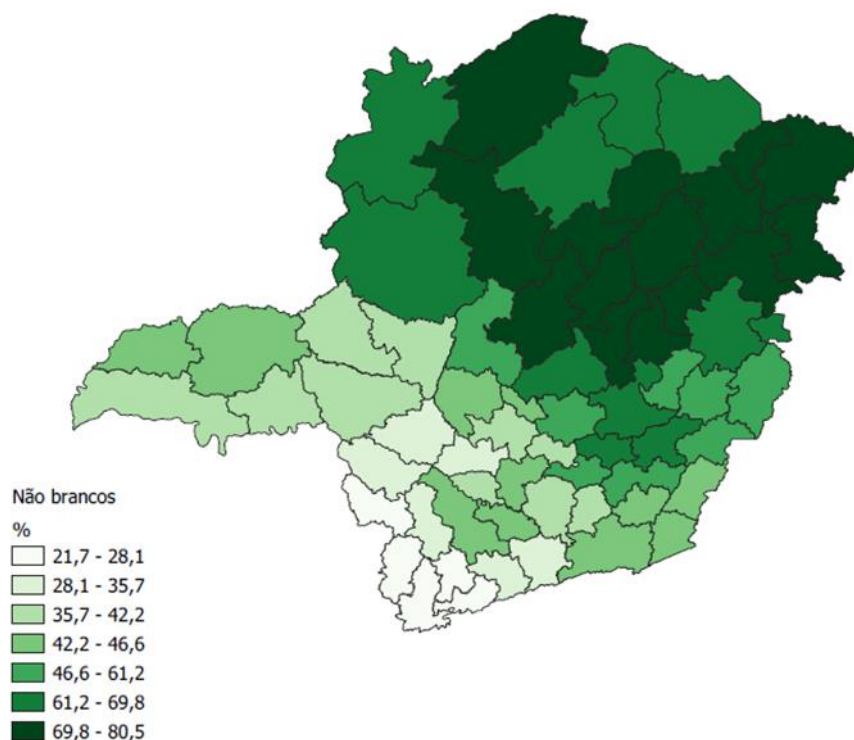


Fonte: Censo Educação Superior de 2018 e Censo 2010, dados do universo. Elaboração própria

Com dados do Censo Demográfico de 2010, o Mapa 5 apresenta o percentual de pessoas não brancas residentes em Minas Gerais. Novamente, notamos que o perfil étnico-racial dos estudantes do ensino superior de Minas Gerais seguiu a tendência demográfica dos residentes na região: maior proporção de pessoas pretas, pardas e indígenas nas microrregiões ao norte do estado e maior concentração de brancos ao sul. Infere-se, então, que os percentuais de estudantes brancos e não brancos no Mapa 4 e no Mapa 5, referentes à população das microrregiões, são próximos. Ainda assim, existe sub-representação de estudantes negros e indígenas no ensino superior: eles correspondem a 49% e, no total da população, são 53%.

Há de se ressaltar que já se passaram mais de uma década desde a coleta das informações populacionais. Devido à pandemia causada pela Covid-19, o Censo Demográfico previsto para 2020 não aconteceu e no momento da produção desta pesquisa os dados mais atualizados do Censo não estavam disponíveis. Pelo fato de estar ocorrendo o aumento na autodeclaração de pessoas negras (MIRANDA, 2015; MARTELETO, 2012), emerge a hipótese de que, com informações mais recentes, a sub-representação de pessoas não brancas na educação superior mineira seria ainda mais alta.

Mapa 5: Percentual de pessoas não brancas por microrregião em Minas Gerais



Fonte: Censo 2010, dados do universo. Elaboração própria.

O Mapa 1 apontou para o fato de existir maiores taxas de matrículas por 100 mil habitantes na educação superior no sul do estado e o Mapa 4 apresentou a ausência de instituições presenciais de educação superior mais ao norte onde a população é em sua maioria preta e parda. Logo, além da sub-representação na ocupação das matrículas, existe uma ausência territorializada, que faz as regiões historicamente pobres e de população majoritariamente não-branca permanecerem com as menores taxas de matrículas.

6 Considerações finais

Minas Gerais é caracterizada pelas contradições presentes no Brasil, com a população racializada¹ concentrada em regiões mais pobres e a população branca em áreas mais desenvolvidas economicamente. Lélia González chamou essa marca do Brasil de “divisão racial do espaço”, extremamente desvantajosa para a população negra. Neste trabalho, procuramos nos atentar para esse traço do estado e elucidar a formação socioeconômica e particularidades de suas regiões para relacioná-las com o perfil dos estudantes matriculados nas graduações

presenciais do estado. Observamos que o perfil étnico-racial dos estudantes segue a dinâmica racial dos territórios e que as menores taxas de matrículas estão concentradas em regiões menos desenvolvidas economicamente e com população em sua maioria negra.

Em relação aos setores públicos e privados, notamos a já prevista sobrerrepresentação do setor privado no estado. Contudo, algumas exceções chamaram atenção: em Campo das Vertentes, haja vista a presença de grandes IES públicas na região, o setor público predominou. No Vale do Jequitinhonha, região com baixos indicadores econômicos e sociais e população majoritariamente negra, a prevalência das universidades públicas também foi observada, mas, nesse caso, ela foi explicada pela fraca cobertura do setor privado. As maiores taxas de matrículas no setor privado foram observadas nas regiões mais desenvolvidas economicamente do estado: Triângulo Mineiro e Metropolitana de BH. Nessas mesmas regiões o setor público também se mostrou forte, enquanto no Vale do Rio Doce e na Central Mineira ele se revelou incipiente e o privado, dominante.

No que se diz respeito à distribuição por gênero e étnico-racial, o setor público das regiões ao sul do estado se revelou mais masculino e com a maior parte de estudantes brancos e o privado, mais branco e com a predominância de mulheres. Enquanto o setor público e o privado das regiões ao norte do estado são predominantemente femininos e negros. Destacamos que a tendência da coorte de matriculados seguir o perfil demográfico é uma conclusão lógica. Apesar disso, dificilmente poderíamos concluir que esses estudantes matriculados em IES ao norte do estado, em sua maioria negros, reuniram condições de se matricular e permaneceram em seus cursos nas IES do centro-Sul mineiros.

Por fim, salientamos a importância de atualizar as informações censitárias sobre autodeclaração racial para averiguação das políticas de ação afirmativa em curso e possível correção dos percentuais de vagas reservadas. As pesquisas amostrais apontam para o aumento dos percentuais de pessoas autodeclaradas negras e estudos apontam que na última década pessoas antes declaradas brancas estão se reconhecendo enquanto negras (MIRANDA, 2015; MARTELETO, 2012).

Referências

- CIRINO, Jader Fernandes; GONZÁLEZ, Alba Maria Guadalupe Orellana. A heterogeneidade do desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais. **Revista de Ciências Humanas**, v. 11, n. 1. p. 9-11, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3476>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- DA MATA-MACHADO, Bernardo Novais. **História do sertão noroeste de minas gerais 1690-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1991.
- DE PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso et al. Indústria em Minas Gerais: origem e desenvolvimento. **Seminário sobre a economia mineira**, v. 10, 2002. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2002/D13.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- DE PAULA, Gustavo Bruno; NONATO, Brésicia França; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. Ações afirmativas e estratificação horizontal: comparação entre bônus e Lei de Cotas na UFMG. **Europe PMC**, 2022. Disponível em: <https://europepmc.org/article/ppr/ppr459727>. Acesso em: 8 jan. 2023.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2020.

GOMES, Sangra; SILVA, André; OLIVEIRA, Flávia. Governos partidários e política educacionais no Brasil do século XXI. In ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT**. São Paulo, Editora Unesp, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: EDUFU, 2020. Disponível em: http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/formacao_economica_site_0.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

HONORATO, Gabriela; ZUCCARELLI, Carolina; VIEIRA, André. Estratificação horizontal nas licenciaturas das instituições federais brasileiras. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n. 29, p. 28-53, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/21995>. Acesso em: 18 out. 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408#resultado>. Acesso em: 2 out. 2020.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, p. 34-35, 2010.

MARTINS, Marcos Lobato. Uma história das relações sociedade-natureza no Vale do Mucuri: 1852-1983. **Tempos Históricos**, v. 19, n. 1, p. 413-439, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.36449/rth.v19i1.12765>. Acesso em: 8 jun. 2020.

MCCOWAN, Tristan; BERTOLIN, Julio. **Inequalities in Higher Education Access and Completion in Brazil**. Genebra: UNRISD, 2020. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/246235/1/WP2020-03.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2020.

MARTELETO, Leticia J. Educational inequality by race in Brazil, 1982-2007: structural changes and shifts in racial classification. **Demography**, v.49, p. 337-58, 2012. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3698049/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MIRANDA, Leonardo C. **Nos caminhos do Vale: o (des)envolvimento no Jequitinhonha**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/IGCC-9AHLXQ/1/disserta_oleonardocaetano_2013.pdf. Acesso em: 29 jul. 2020.

MIRANDA, Vitor. A resurgence of black identity in Brazil? Evidence from an analysis of recent censuses". **Demographic Research**, v. 32, p. 1603-1630, 2015. Disponível em: <https://www.demographic-research.org/volumes/vol32/59/32-59.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MOREIRA, Hugo Fonseca. **Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro: o norte de Minas e a formação de lideranças rurais**. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em

Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325349059_Se_for_pra_morrer_de_fome_eu_prefiro_morrer_de_tiro_o_Norte_de_Minas_e_a_formacao_de_liderancas_rurais.

Acesso em: 18 out. 2020.

OLIVEIRA, Daniel Coelho. **Elite do agronegócio em Unaí**: percepções sobre pobreza e desigualdades sociais. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008. Disponível em: https://institucional.ufrjr.br/portalcpsda/files/2018/08/2008.dissertacao_daniel_oliveira.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.

PEREIRA, Camila Amaral; ESPINDOLA, Haruf Salmen; MARTINS, Diego. Formação econômica do Vale do Rio Doce: uma análise histórica (1940-1970). **Revista IDEAS**, v. 13, n. 1, p. e019005-e019005, 2019. Disponível em: <https://revistaideas.ufrjr.br/ojs/index.php/ideas/article/view/237/283>. Acesso em: 20 nov. 2020.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa; SCHLEGEL, Rogério. Estratificação horizontal na Educação Superior (1960 a 2010). In: ARRETICHE, Marta. **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Uninesp, 2015, p. 133- 162.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; SILVA, Ricardo dos Santos. Desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais. **35º Encontro Anual da ANPOCS, GT05-Desenvolvimento em perspectiva**: teorias, experiências e projetos políticos. Montes Claros: UNIMONTES, 2011. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/35-encontro-anual-da-anpocs/gt-29/gt05-27>. Acesso em: 18 out. 2020.

SIMÃO, Rosyler Cristina Santos. **Distribuição de renda e pobreza no estado de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), Programa de Economia Aplicada, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-30082004-151941/publico/rosyler>. Acesso em: 20 nov. 2020.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

Notas

¹ A racialização do mundo é fruto das experiências de colonização e imperialismo baseadas na categorização de diversos grupos étnicos e culturais como raças inferiores (MONSMA, 2013). No Brasil, os grupos mais afetados negativamente por essa experiência foram os povos indígenas e os diversos grupos étnicos oriundos da África subsaariana. Esses povos foram escravizados e essencializados em suas diferenças e diversidades. Portanto, hoje, os grupos e pessoas racializadas são os que ainda são estigmatizados em decorrência desse processo. No caso do Brasil, os povos indígenas e a população negra.

Informações complementares

Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Bolsa de doutorado

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: Ana Paula Guedes Henrique; Maria Teresa Gonzaga Alves.

Coleta de dados: Ana Paula Guedes Henrique; Maria Teresa Gonzaga Alves.

Análise de dados: Ana Paula Guedes Henrique; Maria Teresa Gonzaga Alves.

Discussão dos resultados: Ana Paula Guedes Henrique; Maria Teresa Gonzaga Alves.

Revisão e aprovação: Ana Paula Guedes Henrique; Maria Teresa Gonzaga Alves.

Preprint, originalidade e ineditismo

O artigo é original, inédito e não foi depositado como *preprint*.

Verificação de similaridades

O artigo foi submetido ao iThenticate, 01/08/2023, e obteve um índice de similaridade compatível com a política antiplágio da revista Pesquisa e Debate em Educação.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesse

Não há conflitos de interesse.

Conjunto de dados de pesquisa

Não há dados disponibilizados.

Licença de uso

Os autores cedem à Revista Pesquisa e Debate em Educação os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Faculdade de Educação (FACED), Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP). Publicação no Portal de Periódicos da UFJF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editor

Frederico Braidá

Formato de avaliação por pares

Revisão duplamente cega (*Double blind peer review*).

Sobre os autores

Ana Paula Guedes Henrique

Graduada em Ciências Sociais (UFV). Mestre em Educação (UFV). Doutora em Educação (UFMG). Professora de Sociologia na Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Professora Curadora no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8208604076171747>

Maria Teresa Gonzaga Alves

Graduada em Ciências Sociais (UFMG). Mestre em Sociologia (USP). Doutora em Educação (UFMG). Professora Associada do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação (UFMG), onde é líder do Núcleo de Pesquisa em Desigualdades Escolares (Nupede). Em 2023, foi cedida para exercer o cargo de Diretora de Estudos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9607360691087163>